

BASTE

ACCO

ATAS
III ENCONTRO DE
HISTÓRIA
DE LOULÉ



ARQUIVO
MUNICIPAL
DE LOULÉ 

Arquivo Municipal de Loulé
OFERTA

ATAS
III ENCONTRO DE
**HISTÓRIA
DE LOULÉ**

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
ARQUIVO MUNICIPAL
2020

Os professores da Universidade de Coimbra naturais de Loulé (séculos XIX e XX)¹

Irene Vaquinhas*

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Centro de História da Sociedade e da Cultura - UIDB/00311/2020

Resumo: Neste texto é traçado um breve percurso biográfico, académico e profissional dos docentes da Universidade de Coimbra, naturais do concelho de Loulé, desde a reforma pombalina à 1ª República. É feita a sua contextualização no quadro geral do sistema de ensino universitário e da caracterização sociológica dos docentes da instituição conimbricense, o que permite definir alguns elementos-chave de um retrato de grupo. De igual forma, mencionam-se alguns aspetos das respetivas “histórias de vida” académicas, assim como o seu contributo singular para a história da instituição universitária e do próprio país, dadas as estreitas relações da comunidade académica com o poder político.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra; Professores da Universidade de Coimbra; Reforma Pombalina; Loulé.

Introdução: da reforma pombalina à republicana

Em 1772 tem lugar, por intervenção do Marquês de Pombal, uma das mais importantes reformas da Universidade de Coimbra, em que se lançam as bases para o desenvolvimento do ensino superior com a reorganização dos cursos tradicionais e a criação de novos cursos científicos (de ciências exatas e naturais)². Esta reforma enquadra-se num conjunto mais vasto de remodelações pedagógicas dos vários níveis do ensino³, consentâneo com um projeto iluminista de secularização e de adequação do

1. A investigação que está na base deste texto, sobretudo no que concerne à contextualização geral, foi feita em conjunto com Maria Manuela Tavares Ribeiro para uma obra que não chegou a ser publicada, e a quem muito agradeço a possibilidade que me deu de a poder utilizar. O texto, no entanto, foi reformulado, atualizado e adaptado aos objetivos do Encontro de História de Loulé.

2. Com a reforma pombalina, de 1772, a Universidade de Coimbra passou a compreender as seguintes Faculdades: Leis, Cânones, Filosofia, Matemática, Medicina e Teologia (*Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, 1772-1937, vol. II, Dir. Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. XV).

3. O plano arquitetural das reformas pressupunha também o estabelecimento de um sistema de ensino público no país, com a criação do ensino primário oficial, bem como a abertura de novas instituições de ensino à margem da Universidade tendentes a formar profissionais práticos, no fundo, um corpo técnico capaz de desenvolver novos tipos de ações, a exemplo da Aula do Comércio, em 1759, entre outras instituições. A reforma universitária constituiu, no dizer de Maria Eduarda Cruzeiro, “a imagem mais avançada, mais europeia que Portugal poderia ter dado na altura, sem que por isso deixem de se reflectir nela realidades de sinal contrário”, Maria Eduarda Cruzeiro, “A reforma pombalina na história da Universidade”, *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1º), pp. 189-190. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029550B7xEB9pj4Ht43DJ4.pdf> (acedido a 26 de dezembro de 2019) e *Action symbolique et formation scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIX^e siècle*, Paris, 1990, pp. 298-302 (tese de doutoramento policopiada).

ensino na esfera das competências do Estado⁴, tendo como um dos seus objetivos a formação de indivíduos aptos para a ocupação dos postos superiores do aparelho do Estado. Implicou uma profunda alteração do quadro docente, afastando do magistério universitário numerosos professores, e designando outros, mediante uma política de jubilações, de provimentos em conezias nas sés do reino e de nomeações.

Já no século XX, no ano de 1911, tem lugar a reforma republicana que iniciou uma nova fase no ensino superior em Portugal. Pela promulgação da nova lei de bases da constituição universitária, de 19 de abril de 1911, seriam criadas as universidades de Lisboa e do Porto, entre outras alterações de fundo. De acordo com o novo quadro jurídico, a Universidade de Coimbra passou a integrar uma Faculdade de Ciências (resultante da fusão das Faculdades de Matemática e de Filosofia), uma Faculdade de Letras (que sucede à Faculdade de Teologia após a sua extinção), para além das Faculdades de Direito, de Medicina, bem como uma Escola de Farmácia e uma Escola Normal Superior, anexas respetivamente às Faculdades de Medicina, de Ciências e de Letras⁵.

O período de 1772 a 1910, não obstante as vicissitudes políticas ocorridas e que conduziram ao afastamento coercivo de alguns membros do corpo docente durante a primeira metade do século XIX, caracterizou-se, *grosso modo*, pela permanência da estrutura orgânica universitária e do regime pedagógico instituído por Pombal⁶. Este só será ligeiramente alterado pela reforma de Passos Manuel, em 5 de dezembro de 1836, que reduziu o número de Faculdades, substituindo as seis estabelecidas por Pombal (Teologia, Cânones, Leis, Filosofia, Matemática e Medicina) por apenas cinco (Teologia, Direito, Filosofia, Matemática e Medicina), resultando a recém-criada Faculdade de Direito da junção das duas Faculdades Jurídicas de Leis e de Cânones⁷. Seria ainda criado o curso de Farmácia, elevado à categoria de superior, em 1902.

Quem eram, pois, os professores da Universidade de Coimbra? De onde vinham? A que meios sociais pertenciam? Que habilitações possuíam? Estas são algumas das questões a que se tentará dar resposta, procurando-se, em particular, perscrutar os percursos singulares dos professores naturais do concelho de Loulé que se enquadram, em termos cronológicos, no lapso temporal referido. De igual forma se abordará o seu contributo para a história da instituição universitária e do próprio país, dadas as estreitas relações da comunidade académica com o poder político.

Como fonte base para este estudo recorreu-se à obra *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis 1772-1937*, publicada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, a qual foi revista e cruzada com documentação desta mesma instituição, entre a qual, os Livros de Certidões de Idade, de Matrículas, de Exames, as Folhas de

4. Maria Eduarda Cruzeiro, *art. cit.*, p. 173. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029550B7xE89p-j4Ht43DJ4.pdf> (acedido a 26 de dezembro de 2019).

5. Luís Reis Torgal, "Universidade de Coimbra", *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III: N-Z, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 1055; Joaquim Ferreira Gomes, "A reforma universitária de 1911", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 272-273; DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_12_10.

6. No entender de Rómulo de Carvalho não teria havido qualquer alteração, "nem na forma, nem no conteúdo, nem no espírito", *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 568. Destas reformas resultou, segundo Luís Reis Torgal, "um certo dinamismo cultural e científico", Luís Reis Torgal, "A instrução pública", *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 645, opinião corroborada por João Rui Pita, *A Farmácia na Universidade de Coimbra, 1772-1836. Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, Coimbra, Faculdade de Farmácia, 1995, 2 vols. (tese de doutoramento policopiada). Como elementos que permaneceram podem-se salientar, entre outros, o poder centralizador do ensino, o foro privado, a fazenda própria, as cerimónias religiosas e os juramentos dos professores e dos alunos.

7. *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis*, *ob. cit.*, p. XV.

ordenado, bem como legislação académica. Apesar do carácter descontínuo e lacunar de algumas fontes⁸, foi possível reunir elementos para uma aproximação às características sociológicas e académicas desta elite⁹.

As conclusões gerais têm por base a análise dos currículos de todos os docentes universitários, no período de 1772 a 1910, em número de 807, distribuídos, da seguinte forma, pelas várias Faculdades: 254 (31%) em Teologia, 130 (16%) em Leis, 104 (13%) em Medicina, 85 (11%) em Direito, 83 (10%) em Filosofia, 78 (9,7%) em Cânones, 65 (8,1%) em Matemática e 8 (1%) em Farmácia. Estes valores evidenciam a importância numérica, em primeiro lugar, dos professores de Teologia, logo seguida pelos de ciências jurídicas, situação que se irá inverter a partir da Reforma de Passos Manuel, em 1836, aumentando o número de juristas e reduzindo-se o de teólogos.

Aspetos gerais do percurso académico e das características socioprofissionais dos professores

De acordo com os *Estatutos Pombalinos* de 1772¹⁰, o doutoramento marcava o início da carreira académica, sendo o culminar de um trajeto distinto, mas seletivo¹¹. Prova essencialmente honorífica e requisito para o exercício da atividade docente¹², constituía um dos critérios de seleção de “opositores” (categoria profissional com afinidade com a dos antigos assistentes), assegurando apenas um vínculo precário, uma vez que o acesso à docência universitária era limitado, estando a incorporação definitiva no quadro dependente da abertura de concurso público em caso de “vacatura das cadeiras ou da ausência de lentes proprietários”, ou seja, em caso de jubilação, demissão ou morte de um professor. A maioria dos docentes possuía esse grau, mais propriamente 90,6%, sendo em percentagem ínfima aqueles que o alcançaram por mera concessão régia (1%).

8. Como fonte principal para este estudo utilizou-se a obra *Memoria Professorum Universitatis. ob. cit.*. Complementarmente utilizaram-se as seguintes fontes, disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.): Livros de Certidões de Idades; Livros de Matrículas; Livros de Exames, Actos e Graus; Livros de Serviços dos Lentes ou Livro do Bedel; Avisos Régios (Originais) 1796-1798; Livros de Baptismos de Pereira (1752); Câmara Eclesiástica de Coimbra - *Inquirições de genere*; Processos de ordenação sacerdotal; *Estatutos da Universidade de Coimbra*, 3 volumes, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972; *Legislação Académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851; Manuel Eduardo da Motta Veiga, *Esboço Historico-Literario da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra em comemorações do Centenario da Reforma e da Restauração pelos sabios estatutos de 1772*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872; *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade nos seus Estatutos. Da Reforma de 1901 à Lei da Autonomia de 1988*, Coimbra, 1988.

9. Constituem, nesta medida, um contributo para o conhecimento desta elite. Sobre o conceito de elite e da legitimidade (ou não) da sua aplicação aos professores da Universidade de Coimbra, veja-se Maria Eduarda Cruzeiro, “Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2^o-3^o), pp. 529-537, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054296K8iLK0fv2Wi630O3.pdf>, acessado a 26 de dezembro de 2019.

10. Verifica-se que “o grau de Doutor é a última, e a maior honra, a que nas Universidades pretendem chegar os que nela estudem; [...] para testemunho público do seu merecimento, e doutrina, como para prêmio dos seus trabalhos literários”, *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livro II, Por Ordem da Universidade, Coimbra, 1972, p. 627.

11. Segundo Fernando Taveira da Fonseca apenas se doutoraram, no período de 1704-71, “5,8% dos bacharéis formados em Cânones, 11,1% dos de Leis e 3,4% dos médicos aprovados” (*A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1995, p. 65).

12. Sobre o ritual do doutoramento veja-se Luís Reis Torgal, “*Quid Petis? Os doutoramentos na Universidade de Coimbra*”, *Revista de História das Ideias, Rituais e Cerimónias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 177-316, em particular, pp. 194-223.

Com ritmos diferenciados, a evolução registada no recrutamento dos professores reflete as vicissitudes da instituição universitária, em especial o impacto dos períodos de crise de Oitocentos. Regista-se, por exemplo, o ritmo acelerado dos doutoramentos em 1778-1795, o que se deve atribuir à necessidade de prover um corpo docente reduzido, após a entrada em vigor da reforma pombalina que afastou do magistério 30 (36,1%) dos 83 docentes universitários em 1772, sendo em Teologia e Leis que se verificam os maiores índices, precisamente nas faculdades onde foi mais sensível o vazio deixado pela expulsão dos membros da Companhia de Jesus. Também é significativo o declínio nos efetivos doutorados no período de 1823-1834, o que parece dever-se às dificuldades ocorridas na sequência da Revolução Liberal, período durante o qual regrediu o número de alunos e de doutorados. Para além destes casos pontuais, podem justificar as flutuações do número dos doutorados e do ritmo de recrutamento dos professores, razões financeiras, ou seja, falta de verbas, e alterações legislativas, como seja, neste último caso, o impacto do Regulamento de 11 de julho de 1871 que alterou a forma de acesso ao grau de doutor¹³, passando a ser obrigatório para “os licenciados que pretendem esse grau” “compor e sustentar uma dissertação inaugural e a apresentar e defender teses”¹⁴.

Estas novas regras tornavam insuficientes as provas prestadas no âmbito da licenciatura. O ato de *conclusões magnas* perdia o carácter de mero cerimonial convertendo-se numa “verdadeira prova de doutoramento científico”¹⁵. Esta alteração vem restringir o número dos seus potenciais candidatos e retardar a sua realização.

Com efeito, se até 1864 o cerimonial do doutoramento praticamente coincidia com a licenciatura, realizando-se, em regra, poucos dias depois ou, com menor frequência, durante o mesmo ano, sendo raros aqueles que o consumavam após este intervalo de tempo, a partir do início da década de 1870, e até 1910, o quadro modifica-se. O espaço de tempo entre a licenciatura e o doutoramento alargava-se, passando a maior parte dos doutoramentos (44,9%) a realizar-se um ano após a licenciatura, sendo excecionais os atos de *conclusões magnas* efetuados no mesmo mês da licenciatura (12,1% dos casos).

Por outras palavras, o *Regulamento de 1871* parece ter funcionado como um princípio seletivo de rastreio de aptidões, conduzindo, quer a um maior rigorismo na triagem final, quer desencorajando ou mesmo inibindo potenciais projetos de acesso ao grau de *doutor pela Universidade de Coimbra*, o que se reflete na restrição numérica de professores. Representa, por isso, uma inovação legislativa considerável e um avanço na formulação de um novo sistema de ensino universitário cujas principais preocupações

13. “Regulamento para as informações de merito litterario dos bachareis formados, licenciados e doutores, e para os actos de licenciatura e doutoramento na Universidade de Coimbra”, *Diário do Governo*, nº 155, 14 de julho de 1871, em particular, Título IV, pp. 915-916.

14. *Ob. cit.*, Título IV, art. 11^a, 1^o e 2^o.

15. Luís Reis Torgal, *Quid Petis [...]*, *art. cit.*, p. 211 e pp. 222-223.

residem no recrutamento de professores devidamente preparados e qualificados, bem como na melhoria da sua produtividade¹⁶.

No decurso do século XIX a Universidade “laicizou-se”. O quadro docente da Faculdade de Teologia, a partir da reforma de Passos Manuel, em 1836, contrai-se significativamente, reduzindo-se o seu “peso” em comparação com as restantes Faculdades. Situação que contrasta com a das ciências jurídicas que aumenta a sua importância relativa. O contexto político, social e cultural, pouco propício ao desenvolvimento da ciência teológica¹⁷, e uma conceção utilitarista dos estudos universitários inerente à emergência da nova sociedade burguesa, são algumas das explicações possíveis para a decadência da Faculdade de Teologia, espelhadas já no número diminuto dos seus professores. Trata-se de uma situação que, não sendo específica da Universidade de Coimbra, caracteriza também outras universidades europeias, desde finais do século XVIII¹⁸, sendo estas cada vez “mais jurídicas” e menos teológicas. O jurista, como bem afirma Fátima Moura Ferreira, “representa [...] um dos setores sociais de primeiro plano entre as forças que protagonizaram o ciclo do primeiro liberalismo português e as décadas inaugurais da estabilização do constitucionalismo monárquico”, justificando-se o seu estatuto singular por “*um saber-poder e um saber-fazer* reputados como cruciais para a implantação do novo ordenamento jurídico [...] bem como para o recrutamento quer da representação política, quer do novo poder judicial autónomo”¹⁹.

Segundo alguns autores, a evolução registada traduz a passagem de uma universidade nobiliárquica e clerical para uma universidade estatal, burguesa, adequada aos projetos liberais de edificação de um sistema de ensino que promovesse as mudanças estruturais que se pretendiam para a sociedade. Ou seja, uma conceção utilitarista do saber, num clima de mudanças e de renovação na sociedade, explica a imperativa

-
16. Ao intervir de um modo tão incisivo no mecanismo de seleção e de controlo do acesso ao grau de doutor, a instituição universitária atuou como um verdadeiro instrumento de transformação das estruturas sociais. Sendo, porém, uma medida parcelar, em pouco mudou o sistema de ensino ministrado na Universidade de Coimbra que, no conjunto, permaneceu quase inalterado. O sistema de ensino universitário era objeto de contestação desde inícios do século XIX (*A Universidade de Coimbra em 1843*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1843). As críticas, no entanto, sobem de tom nas décadas finisseculares, exigindo-se a sua reforma. Bernardino Machado, lente da Faculdade de Filosofia, rejeita a centralização da instrução pública, censura o cerceamento das regalias do ensino superior, advoga a secularização da escola, sustenta a interdisciplinaridade das áreas do saber e insiste na imprescindível democratização do ensino (*Anuário da Universidade de Coimbra*, 1904, pp. XXIX-XLV. Cfr. Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1905 e Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*, Lisboa, 1985). O médico e professor da Faculdade de Medicina, José Sobral Cid, foi um dos seus mais acérrimos críticos, tendo apontado, na sua *Oração de Sapiência* pronunciada na sessão de abertura do ano letivo de 1907-1908, as principais deficiências que, em seu entender, impunha colmatar - excessiva centralização estatal nos aspetos administrativos e pedagógicos, ausência de investigação científica - de modo a que a Universidade fosse mais do que “verdadeira fábrica de diplomados” (*Anuário da Universidade de Coimbra*, 1907, pp. XXXVII-LXVI. Cfr. João Pedro Miller Guerra, “Tradição e modernidade nas Faculdades de Medicina”, *Análise Social*, vol. VI, nº 20-21, 1968, pp. 667-669). “É urgente uma reforma da Universidade”, afirma Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. Este lente da Faculdade de Matemática reconhece a importância e a necessidade da extensão universitária e insiste na inevitabilidade da democratização do ensino superior (*Anuário da Universidade de Coimbra*, 1908, pp. XLIII-LVIII).
17. As suspeitas de “jansenismo e galicanismo” que recaíram sobre os Estatutos pombalinos tiveram como consequência “um progressivo afastamento de clérigos e [...] um decréscimo do número de alunos”, Manuel Alberto Carvalho Prata, *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, cultura e política*, vol. I, Coimbra, 1994, p. 57.
18. Mariano Peset; Maria Fernanda Mancebo, “La population des universités espagnoles au XVIII^e siècle”, *Histoire sociale des populations étudiantes*, tome 1, Études rassemblés par Dominique Julia, Jacques Revel, Roger Chartier, Paris, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986, pp. 200-202; R. D. Anderson, *European Universities from the Enlightenment to 1914*, Oxford, Oxford University Press, 2004.
19. Fátima Moura Ferreira, “Os juristas e a representação política”, *Respublica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*, Fernando Catroga; Pedro Tavares de Almeida (Coordenação), Lisboa, Assembleia da República / Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 216.

necessidade de um ensino laico, mas também “burguês”, situação que se reflete na origem social dos professores.

De uma maneira geral, os professores, de cujos pais existe registo de profissão, parecem provir dos estratos médios ou médios superiores da sociedade. Universitários (10%), em particular lentes e doutorados, profissões liberais (4,9%) e oficiais superiores do exército (4,4%) são as principais categorias representadas. Só um escasso número é oriundo de franjas sociais, superior e inferior, ou seja, da nobreza (1,4%) e dos meios populares (1,4%). Cerca de 19,3% dos familiares dos docentes universitários pertencem a meios privilegiados²⁰.

Estas linhas gerais não escondem algumas modificações na morfologia social do corpo académico decorrentes das mudanças dos regimes políticos, sendo de registar o aumento relativo do número de efetivos provenientes de meios burgueses (universitários, profissões liberais, negociantes e comerciantes, bem como proprietários) e a redução dos representantes das antigas notabilidades locais (nobreza e militares). A decadência da nobreza e o reforço das classes médias parecem justificar-se pelas alterações provocadas nos patrimónios pela implantação do liberalismo, mais precisamente a nacionalização dos bens da Coroa, a extinção do regime senhorial e a legislação desamortizadora e desvinculadora. Observa-se, como sintoma de enriquecimento, a progressão do grupo dos comerciantes e dos proprietários, cujas percentagens relativas aumentam depois da reforma de Passos Manuel, em 1836.

A expansão das classes médias constitui uma manifestação da emergência dos novos grupos sociais que a consolidação da nova ordem constitucional reforçou, mormente a partir de meados do século XIX, sendo indissociável não só da procura de legitimação social e de projeção política, como se enquadra na política liberal de reforço das faculdades com pessoal afeto ao novo regime. O que significa que o ensino superior se manterá seletivo, como um mundo reservado a uma escassa minoria da população. A esta luz, compreende-se que a Universidade seja um meio privilegiado de ascensão social da burguesia, podendo-se concluir que, no tocante ao corpo docente, a Universidade se “aburguesou”, fruto do relativo alargamento da sua base social de recrutamento.

No que concerne à origem geográfica do corpo docente é evidente um notório desequilíbrio regional. A região centro (distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Lisboa, Santarém e Viseu) alimentava em maior número o magistério universitário, monopolizando 54% dos professores; a região norte (distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo, Porto e Vila Real) 22,9%, enquanto os distritos a sul do rio Tejo (Portalegre, Évora, Beja e Faro) asseguram um contributo modesto com apenas 5,6% de docentes. A proximidade do meio cultural coimbrão parece determinar, ou pelo menos aumentar, a probabilidade de se vir a fazer uma carreira universitária²¹. Já o distrito de Faro, representado pelos concelhos de Loulé e Tavira, elenca apenas 9 docentes, no período de 1772 a 1910.

A análise comparada, por períodos, da origem geográfica, permite verificar que, a partir de 1836, este desequilíbrio regional se acentua, aumentando sobretudo a

20. Sintomaticamente, a parte relativamente considerável de descendentes diretos de professores universitários no quadro docente mostra até que ponto o *saber-poder* se perpetua na instituição universitária, passando de pai para filho, sendo nas faculdades jurídicas que o fenómeno da hereditariedade profissional e das dinastias familiares alcança maior significado, o que pode significar uma certa forma de nepotismo, embora seja um fenómeno em regressão à medida em que se começam a fazer sentir os efeitos institucionais de processos de seleção com base no mérito, entre os quais o *Regulamento de 1871*.

21. O critério geográfico deve, no entanto, ser conjugado com outro de natureza económico-social, na medida em que os custos das deslocações e da residência na cidade do Mondego só eram acessíveis a quem dispusesse de suficientes recursos financeiros.

representação da região centro relativamente ao conjunto do país, ou seja, mais de metade dos docentes universitários (54%) nasceu nos distritos de Coimbra, Lisboa, Viseu e, em menor número, nos restantes distritos desta área²².

A área de influência da Universidade de Coimbra tende, pois, a diminuir, acenando-se o seu pendor regionalista. A relativa abertura social do recrutamento do corpo docente proporcionada pelo liberalismo é anulada, na prática, por uma seleção geográfica restrita que nem o aumento demográfico, o crescimento económico ou a estabilidade política do regime constitucional conseguiram modificar.

O ingresso na Universidade ocorria entre os 14 e os 18 anos de idade e uma percentagem considerável dos professores tomava graus ou insígnias doutorais antes dos 29 anos e alguns mesmo com menos de 24 anos²³. O confronto entre a data do doutoramento e a da jubilação, data que oficialmente põe termo ao exercício do magistério, permitiu verificar que o percurso do lente era longo e era vulgar preencher meio século da sua vida²⁴. Anos penosos, não compensados por uma carreira atrativa ou pelo salário²⁵. Face a condições de trabalho sem grandes garantias de promoção e pouco aliantes em termos remuneratórios, muitos investiam em outras formas de poder social, em particular político, tirando partido da caução científica e do capital simbólico que lhes era conferido pela função de docente universitário e ocupassem altos cargos, entre os quais o de deputado às cortes.

Pedro Tavares de Almeida na obra *A construção do estado liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*²⁶ demonstra o peso que a cidade de Coimbra e o seu termo, em geral, e a universidade, em particular, detiveram no recrutamento da elite governante da segunda metade do século XIX, esclarecendo que 15% dos membros do Conselho de Estado, 11% dos ministros, 16% dos membros da Câmara de Pares eram naturais de Coimbra e do seu termo, enquanto os professores da Universidade constituíram a segunda categoria profissional mais representativa do pariato de nomeação régia com 19,8% dos elementos. A Universidade de Coimbra funcionou, pois, e de

22. Esta incidência geográfica afigura-se decorrer das condições favoráveis a uma escolarização regular nos distritos de Lisboa e de Coimbra, cidades dotadas de importantes equipamentos culturais, o que não se afigura válido para o caso de Viseu. Este distrito fornece à Universidade de Coimbra 8,6% dos seus docentes, quase tantos como o distrito de Lisboa (8,7%), mas detendo a sua população masculina, a nível nacional, um peso menor do que o da circunscrição lisboeta: 8,4% contra 11,2%, em 1864. Na realização destes cálculos foram tidos em consideração os números totais da população masculina dos distritos de Viseu e de Lisboa, bem como a do continente e ilhas, "Resumo", J. da C. Brandão e Albuquerque, *Censo de 1864. Relação das freguezias do continente e ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, judicial, militar e ecclesiastica*, Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal, 1866, p. 189.

23. O ingresso da Universidade fazia-se, de um modo geral, cedo. Os *Estatutos Pombalinos* prescreviam idades mínimas que variavam de uma faculdade para outra, mas que se situavam entre os 14 e os 18 anos.

24. Segundo o decreto de 20 de setembro de 1844, a jubilação podia ser requisitada pelos "lentes de instrução superior e secundária" que "tiverem mais de 30 annos de bom e effectivo serviço", *Legislação académica desde os Estatutos de 1772* [...], p. 161. O *Regulamento para as jubilações e aposentações dos professores de instrução publica* de 4 de setembro de 1860 alterou este requisito, impondo como condições necessárias "a idade de cinquenta annos completos", e "bom e effectivo serviço por vinte annos completos em instrução superior", *Legislação Académica desde 1855 até 1863 e suplemento á legislação anterior*, coligida e coordenada pelo Conselheiro José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863, pp. 155-161.

25. As condições salariais não eram muito gratificantes. No ano de 1862, um substituto recebia em média, por mês, o equivalente a cerca de metade do ordenado de um catedrático. Se tivermos presente que grande parte destes anos eram passados na categoria de *substituto* (ordinário e extraordinário), "aspirando" a uma cátedra, sem qualquer vínculo ou contrato institucional, abonados em função da regência de cadeiras por impedimento dos seus proprietários (enfermidade, comissões de serviço ou por qualquer outro motivo), há que convir que o magistério universitário, pelo menos no seu início, não era uma carreira atrativa.

26. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. Os dados que se apresentam foram retirados do I vol. desta obra, pp. 33-165.

acordo com a sua opinião, "como o principal centro de socialização académica e de seleção intelectual de futuros ministros"²⁷.

Delineadas em traços gerais as conjunturas de acesso à função docente e alguns elementos do perfil sociocultural dos professores da Universidade de Coimbra, importa avançar para o conhecimento dos docentes naturais de Loulé. Quem eram? Qual o seu número? Que carreiras escolheram? Que funções desempenharam?

Os professores naturais de Loulé

São em número de três os professores da Universidade de Coimbra naturais de Loulé, entre 1772 e 1911, o que corresponde à escassa percentagem de 0,3% da totalidade do corpo docente, mais precisamente: Mariano José de Sarre e Almeida (1744-1807), secular, Professor da Faculdade de Teologia; João Batista de Barros (1782-?), Professor da Faculdade de Medicina e Francisco Augusto Correia Barata (1847-1950), Professor da Faculdade de Filosofia.

O seu percurso universitário, desde o ingresso como estudantes, até ao termo da atividade académica, apresenta mais analogias do que diferenças relativamente aos demais docentes. Tiveram um percurso regular como estudantes, realizando-o nos anos previstos, o que sugere, à partida, hábitos de trabalho e de estudo.

Quanto às idades de matrícula e de doutoramento não se afastam das tipologias esboçadas. Assim, Mariano José de Sarre e Almeida e João Batista de Barros matricularam-se nos respetivos cursos com as idades de 25 e 28 anos, enquanto Francisco Augusto Correia Barata o fez mais novo, com 19 anos. Porém, João Batista de Barros ingressou na Universidade com 22 anos para fazer os preparatórios, obrigatórios para o acesso ao curso de Medicina. Licenciou-se em julho de 1815 e, nesse mesmo mês, doutorou-se com uma tese, redigida em latim, sobre *Operações cirúrgicas e arte obstétrica*²⁸, o único trabalho disponível nas bibliotecas universitárias²⁹. Tinha então 33 anos.

De forma idêntica, Mariano José de Sarre e Almeida licenciou-se em julho de 1778 e, passados três meses, em outubro desse ano, presta provas de doutoramento, dando início, com 34 anos de idade, à sua carreira universitária, a qual se prolongaria por 28 anos, jubilandose em 1806, na categoria de Professor substituto, tendo lecionado as cadeiras de *Teologia Mística* e *Teologia Simbólica*³⁰.

Já Francisco Augusto Correia Barata, filho de um negociante (o único caso em que é identificada a profissão paterna), licenciou-se em 1872, com 25 anos, a 14 de Junho, tendo de imediato iniciado o magistério universitário, com a leção das cadeiras de *Zoologia* e de *Química*. A sua tese incidiu na temática de *Filosofia Natural*³¹. Em termos de disciplinas assegurou também a de *Mineralogia*, entre 1873 e 1877, e as de *Química Orgânica* e *Inorgânica*, das quais seria lente. Completaria o magistério com cargos de

27. Pedro Tavares de Almeida, *ob. cit.*, p. 117.

28. João Batista de Barros, *Theses ex universa medicina, quas sub praesidio praeclarissimi, longeque sapientissimi viri...in Conimbricensis Academiae gymnasio integra hujus mensis die [9 Julii] propugnandas offert Antonius Silvius Peixotus, Conimbricae, Ex Typographia Academico-Regia*, 1831.

29. *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis, ob. cit.*, p. 196.

30. *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis, ob. cit.*, p. 8.

31. *Theses de philosophia natural* que sob a presidencia do illustrissimo e excellentissimo senhor Doutor Antonino José Rodrigues Vidal... se propõe defender na Universidade de Coimbra... para obter o grau de doutor Francisco Augusto Corrêa Barata; Coimbra, s. n., 1877; "Relação nominal de todos os Doutores que ao terminar o século XIX constituíam o corpo docente da Universidade ...", *Anuario da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1901-1902, p. 70.

gestão universitária, mais precisamente o de Secretário da Faculdade de Filosofia (1873-1877) e o de Diretor do Gabinete de Química, a partir de 1890, até ao termo da sua carreira profissional no ano de 1898³². No período de 1882 a 1885 desempenhou também o cargo de administrador da Imprensa da Universidade³³. Foi sócio efetivo do Instituto de Coimbra, pelo menos desde 1881, associação que tinha como objetivo promover, entre os seus associados, “a cultura das ciências, das belas letras e das artes”³⁴.

A sua bibliografia é relativamente vasta, sendo considerado “um dos mais avançados elementos do corpo docente”³⁵, como intelectual defensor do positivismo. Se tivermos presente que o positivismo, ainda que temperado com outras influências ideológicas, corporizou a principal teoria formadora e unificante do republicanismo português, não será muito incorreto associá-lo ao republicanismo ou a ideais republicanos, o que se compagina com a publicação de um pequeno opúsculo, sob a forma de uma correspondência, a propósito das comemorações pombalinas de 1882, intitulado “Carta ao Sr. Ramalho Ortigão a propósito do Centenario Pombalino”³⁶. Aliás, foi da sua iniciativa a proposta da celebração desse centenário na Universidade de Coimbra, tendo-a apresentado ao Conselho da Faculdade de Filosofia, em novembro de 1881³⁷. Talvez por esse motivo será um dos palestrantes que proferiu um dos discursos do dia da homenagem, 8 de maio, por sugestão do próprio Conselho de Decanos³⁸. Foram também os republicanos quem mais se empenharam na realização dessa festividade, enaltecendo-se a ação do estadista anticlerical, em especial, a contestação à dominação ideológica do clero numa sociedade cada vez mais secularizada. Aliás, no preâmbulo, da autoria de A. A. da Fonseca Pinto, que antecede a publicação pela revista *Instituto* de discursos proferidos aquando da homenagem, alude-se à “renhida oposição jesuítica”, sendo Pombal qualificado de “revolucionário benemérito da nossa instrução publica”³⁹. De entre a bibliografia desse docente da Faculdade de Filosofia, salientam-se ainda as *Origens antropológicas da Europa* e *As Raças Históricas da Península Ibérica*, tendo também traduzido uma obra clássica de Júlio Verne: *Cinco Semanas em Balão. Viagem através da África* ⁴⁰, publicação de sucesso com várias reedições.

32. *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis, ob. cit.*, p. 274.

33. Irene Vaquinhas; Isabel Nobre Vargues, “A Imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República”, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 87-88. DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0423-7_3

34. *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXX, dezembro de 1882, Segunda Serie, nº 6, pp. 256.

35. Rui Bebiano, “O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica”, *Revista de História das Ideias – O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Tomo II, 1982, p. 424.

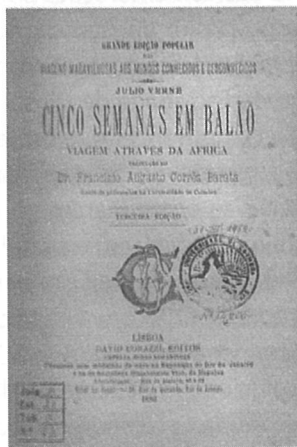
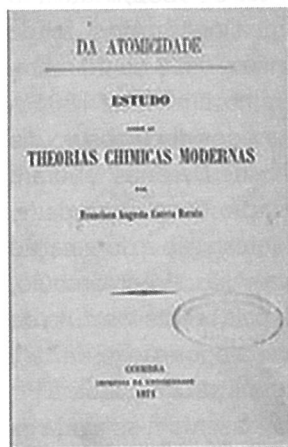
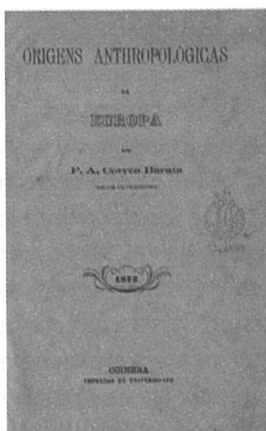
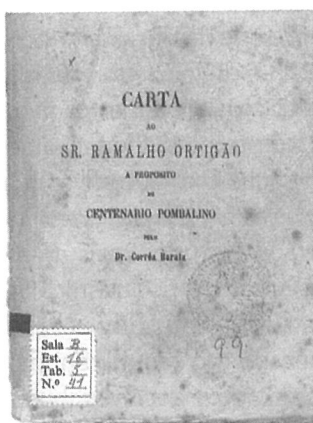
36. Francisco Augusto Correia Barata, *Carta ao Sr. Ramalho Ortigão a propósito do Centenario Pombalino*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1882. Este texto está também publicado in *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, julho de 1881 a junho de 1882, Segunda Serie, nº 1, pp. 605-620.

37. Rui Bebiano, *art. cit.*, p. 424.

38. “Discurso do Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata”, *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, maio e junho de 1882, Segunda Serie, nº 11 e 12, pp. 529-537.

39. A. A. da Fonseca Pinto, “Instituto de Coimbra. Centenario Pombalino. Preambulo”, *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, julho de 1881 a junho de 1882, Segunda Serie, nº 1, pp. 524-525.

40. A pesquisa no catálogo integrado da Biblioteca da Universidade de Coimbra permitiu detetar as seguintes obras de Francisco Augusto Correia Barata (tradução), *Cinco Semanas em Balão*, de Júlio Verne, 10ª edição, Amadora, s. n., 1957; *Da atomicidade: estudos sobre as teorias químicas modernas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871; *Lições de Química Inorganica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880; *Origens Antropológicas da Europa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873; *As Raças Históricas da Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872 em colaboração com A. Zeferino Cândido, *O Século: publicação de Philosophia popular e de conhecimento para todos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876-1878. Foi também diretor da *Revista de Coimbra*, periódico que iniciou a publicação no ano de 1879.



Legenda: Textos de Francisco Augusto Correia Barata disponíveis na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Quanto às carreiras profissionais, dois dos docentes cumpriram-nas até à jubilação, tendo uma vida académica relativamente longa⁴¹, superior a vinte anos: Francisco Augusto Correia Barata jubilou-se com 51 anos e Mariano Almeida com 62 anos de idade. Já João Batista de Bastos, por motivos de natureza política, foi suspenso da atividade universitária, em 1834, na sequência da vitória liberal. Com efeito, o médico louletano era miguelista, defensor da prática reformista da Universidade levada a cabo entre 1828 a 1831, de claro conteúdo antiliberal⁴². A vitória do liberalismo, que vai impedir um novo projeto ao ensino e à gestão universitária, afasta-o da carreira docente, não se registando, a partir dessa data informações sobre a sua vida profissional.

Em complemento do magistério universitário, os outros dois docentes investiram também em outras formas de poder social, em particular político e religioso, tirando partido do “mérito científico” e da certificação granjeados pela função de professor de

41. Francisco Augusto Correia Barata tinha 51 anos quando se jubilou e Mariano Almeida 62 anos.

42. A orientação clerical do projeto da reforma universitária é da autoria de D. Francisco Alexandre Lobo, nomeado, em 1828, reformador Geral dos Estudos do Reino e substituído, em 1831, por D. Freire Fortunato de S. Boaventura. Cfr. Maria Ivone de Ornela de Andrade, “O Miguelismo na Universidade. Projeto de reforma”, *Universidade (s). História. Perspectivas*, Congresso História da Universidade, 7º Centenário, Actas 5, p. 281. Este projeto pressupunha, entre outros aspetos, a existência de listas negras em cada Faculdade; demissão, expulsão, perseguição ou prisão de professores, estudantes ou funcionários, escolha rigorosa na seleção dos funcionários, do corpo docente e dos alunos, criação de comissões expurgadoras dos compêndios, oposição à criação de Faculdade de Letras.

uma das mais prestigiadas universidades europeias, associando à atividade docente cargos administrativos e eclesiásticos. Assim, Mariano José de Sarre e Almeida foi cónego da Sé de Viseu e Cónego Magistral da Sé de Faro, nos finais do século XVIII e início do século XIX, enquanto Francisco Augusto Correia Barata assumiu as funções de Diretor-Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados no ano de 1899.

Em conclusão:

O retrato esboçado do corpo docente da Universidade de Coimbra, entre a reforma pombalina e a I República, ainda que incompleto e imperfeito, permitiu destacar o muito que ainda há a investigar sobre esta elite intelectual. Avançar no seu conhecimento é, no entanto, fundamental para se conhecer com maior profundidade a sua evolução e, *ipso facto*, a da própria instituição universitária.

Os docentes naturais do concelho de Loulé, em fraco número, associavam ao magistério universitário, a pesquisa científica e a intervenção ativa na vida social, política e cultural do seu tempo mesmo que, num dos casos analisados, as opções políticas se tenham revelado demolidoras para a carreira académica, pondo-lhe termo. O estatuto de homens da ciência que caracterizou o perfil de alguns desses docentes contribuiu para credibilizar as implicações ideológicas, transcendendo os limites da reflexão para além dos circuitos das respetivas áreas da especialização, vincando a modernidade e a vanguarda do ensino praticado na instituição universitária.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J. da C. Brandão e, *Censo de 1864. Relação das freguezias do continente e ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, judicial, militar e ecclesiastica*, Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal, 1866.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A construção do estado liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

ANDERSEON, R. D., *European Universities from the Enlightenment to 1914*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

ANDRADE, Maria Ivone de Ornella de, "O Miguelismo na Universidade. Projeto de reforma", *Universidade (s). História. Memória. Perspectivas*, Congresso História da Universidade, 7º Centenário, Actas 5, pp. 281-293.

Anuário da Universidade de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904-1908.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *Carta ao Sr. Ramalho Ortigão a propósito do Centenario Pombalino*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1882; *Idem in O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, julho de 1881 a junho de 1882, Segunda Serie, nº 1, pp. 605-620.

BARATA, Francisco Augusto Correia (tradução), *Cinco Semanas em Balão*, de Júlio Verne, 10ª edição, Amadora, s. n., 1957.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *Da atomicidade: estudos sobre as teorias químicas modernas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *Lições de Química Inorganica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *Origens Anthropologicas da Europa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *As Raças Históricas da Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

BARATA, Francisco Augusto Correia; Cândido, A. Zeferino, *O Século: publicação de Philosophia popular e de conhecimento para todos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876-1878.

BARATA, Francisco Augusto Correia, *Theses de philosophia natural* que sob a presidencia do illusterrissimo e excellentissimo senhor Doutor Antonino José Rodrigues Vidal... se propõe defender na Universidade de Coimbra... para obter o grau de doutor Francisco Augusto Corrêa Barata; Coimbra, s. n., 18???

BARROS, João Batista de, *Theses ex universa medicina, quas sub praesidio praeclarissimi, longeque sapientissimi viri...in Conimbricensis Academiae gymnasio integra hujus mensis die [9 Julii] propugnandas offert Antonius Silvius Peixotus, Conimbricae, Ex Typographia Academico-Regia*, 1831.

BEBIANO, Rui, "O 1º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica", *Revista de História das Ideias – O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Tomo II, 1982, pp. 381-428.

CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CRUZEIRO, Maria Eduarda, "A reforma pombalina na história da Universidade", *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988 (1º), pp. 165-210; <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029550B7xEB9pj4Ht43DJ4.pdf>, acessado a 26 de dezembro de 2019.

CRUZEIRO, Maria Eduarda, "Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), pp. 529-537; <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054296K8iLK0fv2Wi63003.pdf>, acessado a 26 de dezembro de 2019.

"Discurso do Dr. Francisco Augusto Corrêa Barata", *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, maio e junho de 1882, Segunda Serie, nº 11 e 12, pp. 529-537.

Estatutos da Universidade de Coimbra, 3 volumes, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972.

FERREIRA, Fátima Moura, "Os juristas e a representação política", *Respublica. Cidadania e representação política em Portugal 1820-1926*, CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de (Coordenação), Lisboa, Assembleia da República / Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 216-229.

GOMES, Joaquim Ferreira, "A reforma universitária de 1911", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 269-299; DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_12_10

GUERRA, João Pedro Miller, "Tradição e modernidade nas Faculdades de Medicina", *Análise Social*, vol. VI, nº 20-21, 1968, pp. 639-681, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253184A5mJA3nk5Yx28WC4.pdf>, acessado a 28 de dezembro de 2019.

Legislação Académica desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851.

Legislação Académica desde 1855 até 1863 e suplemento á legislação anterior, coligida e coordenada pelo Conselheiro José Maria de Abreu, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863.

Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis. 1772-1937, vol. II, Dir. Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

PINTO, A. A. da Fonseca, "Instituto de Coimbra. Centenario Pombalino. Preambulo", *O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, vol. XXIX, julho de 1881 a junho de 1882, Segunda Serie, nº 1, pp. 522-525.

PITA, João Rui, *A Farmácia na Universidade de Coimbra, 1772-1836. Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, Coimbra, Faculdade de Farmácia, 1995, 2 vols. (tese de doutoramento policopiada).

PRATA, Manuel Alberto Carvalho, *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, cultura e política*, 2. vols. Coimbra, 1994.

"Relação nominal de todos os Doutores que ao terminar o século XIX constituíam o corpo docente da Universidade ...", *Anuario da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1901-1902, pp. 33-77.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade nos seus Estatutos. Da Reforma de 1901 à Lei da Autonomia de 1988*, Coimbra, 1988.

TORGAL, Luís Reis, "Universidade de Coimbra", *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III: N-Z, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, pp. 1053-1060.

TORGAL, Luís Reis, "Quid Petis? Os doutoramentos na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias, Rituais e Cerimónias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 177-316.

TORGAL, Luís Reis, "A instrução pública", *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V – O Liberalismo, Coord. Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 609-651.

A Universidade de Coimbra em 1843, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1843.

VAQUINHAS, Irene; VARGUES, Isabel Nobre, "A Imprensa da Universidade no Liberalismo e na I República", *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 69-89; DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0423-7_3

VEIGA, Manuel Eduardo da Motta, *Esboço Historico-Literario da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra em commemorações do Centenario da Reforma e da Restauração pelos sabios estatutos de 1772*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.